

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - UPA Santana (UPA Porte II)
CNPJ 23.453.830/0028-90

Table with columns: Balanços Patrimoniais, Notas, 2025, 2024, Passivo e Patrimônio Social/Circulante, Notas, 2025, 2024, Demonstrações dos Fluxos de Caixas, 2025, 2024. Includes sub-sections for Ativo Circulante, Não Circulante, and Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. II. Ajuste para Recorrer Estimadas para Créditos de Liquidação Diferida: É constituída quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento...

1. Contexto Operacional: a. Objetivos Sociais: A Unidade de Pronto Atendimento Santana, da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa (PR), funciona 24h por dia e são voltados para atendimentos de urgência e emergência, cuidados e enfermarias para um atendimento de qualidade e eficiência aos usuários, com base no Protocolo de Manchester, que classifica o grau de problema. Na unidade também estão disponibilizados exames laboratoriais, raios-x, aplicação de medicamentos, inalações, eletrocardiograma e serviços odontológicos. A UPA está situada na R. Dr. Paula Xavier, 750, Centro, cidade de Ponta Grossa/PR. b. Contrato de Gestão: A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ nº 23.453.830/0001-70), desde 19 de setembro de 2022, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 049/2022, vigente até 19/09/2027. O INDSH é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Table with columns: Âmbito, Legislação, Publicação. Rows include Federal, Estadual, Municipal and a specific decree for the UPA.

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.17549/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se em conformidade com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021 c. Deficit do exercício de 2025: Em 2025 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, imputando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 336.413 no exercício. Como consequência, o UPA apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.350.530 em 31 de dezembro de 2025. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação da UPA em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram admitidos à avaliação devida, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis de custeio da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei Complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 23 de Março de 2026. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vendidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: I. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre o imóvel, o reconhecimento é realizado em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. II. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. III. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Caixa em espécie, Banco conta movimento, Aplicações financeiras de liquidez imediata, Total, Despesas Operacionais, Recostas Operacionais, Recosta Líquida, Custos, Despesas, Despesa antes do Resultado Financeiro, Despesas financeiras, Receitas financeiras, Deficit antes de Outras Desp. e Receitas, Outras Despesas e Receitas, Doações e subvenções, Outras receitas e despesas, Deficit do Exercício, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Deficit do Exercício, Outros resultados abrangentes, Total Resultado Abrangente.

11. Outras Contas a Pagar
Outras 103
Verba piso salarial da enfermagem (i) 336.956
Total 336.956
(i) No ano de 2023/2024/2025, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alteração na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Sede Administrativa, Total Circulante, UPA Santa Paula 24H (UPA Porte II), Total Não Circulante, Total, Despesas Gerais e Administrativas, Viagens e hospedagem, Material de escritório, Água e esgoto, Provisões para contingências, Outros, Total, INSS, COFINS, COFINS, Total, Cobertura de Seguros.

7. Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2024
Saldo inicial 818
Aquisições 8.185
Transferências 3.199
Baixas -
Depreciação (197)
Saldo contábil líquido 621
Em 31 de dezembro de 2025
Saldo inicial 621
Aquisições 14.603
Transferências 5.050
Baixas -
Depreciação (197)
Saldo contábil líquido 424

8. Fornecedores
Materiais e medicamentos 96.983
Serviços médicos 477.446
Serviços de limpeza 543.889
Diversos 233.969
Total 1.354.287

9. Obrigações Trabalhistas
Ordenados e salários a pagar 436.242
Provisão férias 441.021
Provisões FGTS s/ férias 35.209
Outras provisões 2.894
Total 915.366

10. Obrigações Sociais
INSS a recolher 27.860
FGTS a recolher 68.915
Empréstimos FGTS 37.426
IRRF s/ folha a recolher 54.793
Contr. sindical 10.840
Total 199.834

→ continuação

17. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades e aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de emendas públicas e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2025	2024
Aplicações financeiras de liquidez imediata	766.297	833.198
Contas a receber	56.779	486.847

Clemência Moreira de Souza - Diretora Executiva - CPF: 553.218.289-20

	2025	2024
Total ativos financeiros	823.076	1.320.045
Fornecedores	1.354.287	1.277.851
Total passivos financeiros	1.354.287	1.277.851

18. Gestão de Riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: **I. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu

vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **II. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **19. Eventos Subsequentes:** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 049/2022 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 19 de setembro de 2027. Ponta Grossa - PR, 23 de Março de 2026.

Ediane Pacheco Lemos - Contadora - CRC - SP - 324161/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

1.489.670 e capital circulante líquido negativo na ordem de R\$ 1.350.529. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com princípio de continuidade operacional e nenhuma provisão ou ajuste foram realizados relativo ao assunto mencionado. **Imobilização de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c) e 6, chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, recebido do Ente Público, não foi reconhecido contabilmente, em virtude de não ter sido valorizado pelo poder concedente. A Administração considera que estes imobilizados serão integralmente revertidos ao poder concedente (Fundo Municipal de Saúde de Ponta Grossa - PR), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade está em processo de avaliação de valorização dos itens recebidos e optou por não adotar as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: Os valores correspondentes exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 03 de abril de 2025, com modificações, relativo ao sistema de controle e gestão de estoque da Upa ser vinculado e gerido pela Fundação Municipal de Saúde do Município de Ponta Grossa - PR. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todas os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2026

PLANNERS
AUDITORES INDEPENDENTES

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP nº ZSP 14.712/O-2

Heitor Pivom
Contador CRC ISP 331.721/O-6

38879/2026

Diário OFICIAL Paraná

